

**Percepção dos córregos urbanos ocultos - o caso do córrego do veado em
Presidente Prudente - SP**

*Perception of hidden urban streams - the case of the veado's stream in Presidente
Prudente - SP*

*Percepción de las corrientes urbanas ocultas - el caso de la corriente del veado en
Presidente Prudente – SP*

Pedro Henrique Lopes

Mestrando, PPGARQ-UNESP
pedro.arq13@gmail.com

Norma Regina Truppel Constantino

Professora Doutora, PPGARQ-UNESP
nconst@faac.unesp.br

RESUMO:

Este artigo apresenta os resultados do estudo realizado pelos autores a respeito da percepção dos usuários acerca do Córrego do Veado, localizado do Parque do Povo, na cidade de Presidente Prudente - SP. O parque teve seu processo de formação realizado no final da década de 1970, como projeto de "urbanização" de uma região da cidade onde o córrego do Veado configurava-se como um "problema" para a população. Tal projeto resultou na canalização e ocultamento do córrego, construindo o parque sobre seu leito. Entretanto, embora o córrego do Veado encontre-se oculto na paisagem urbana de Presidente Prudente atualmente, através de questionários aplicados aos usuários do parque, chegou-se à conclusão de que o córrego é percebido pela maior parte dos entrevistados, seja pelo cheiro, frescor, barulho, entre outras formas não visuais, considerando que não experimentamos e vivemos a cidade apenas pela visão.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana; Rios Urbanos; Percepção da Paisagem; Presidente Prudente.

ABSTRACT:

This article presents the results of the study carried out by the authors about the perception of users about the Veado's Stream, in the People's Park, in the city of Presidente Prudente - SP. The park had its formation process carried out in the late 1970s, as a project of "urbanization" of a region of the city where the stream of the Deer was configured as a "problem" for the population. The project resulted in channelling and hiding the stream, building the park above him. However, although the Veado stream is hidden in the urban landscape of Presidente Prudente currently, through questionnaires applied to the users of the park, it was concluded that the stream is perceived by most of the interviewees, be it by smell, freshness, noise, among other non-visual forms, considering that we do not experience and live the city only by view.

KEYWORDS: Urban landscape; Urban Rivers; Perception of Landscape; Presidente Prudente.

RESUMEN:

Este artículo presenta los resultados del estudio realizado por los autores acerca de la percepción de los usuarios sobre la Corriente del Veado, en lo Parque del Pueblo, en la ciudad de Presidente Prudente- SP. El parque tuvo su proceso de formación realizado a finales de la década de 1970, como proyecto de "urbanización" de una región de la ciudad donde la corriente del Veado se configuraba como un "problema" para la población. Tal proyecto resultó en la canalización y ocultamiento de la corriente, construyendo el parque sobre su lecho. Sin embargo, aunque la corriente del Veado se encuentra oculta em el paisaje urbano de Presidente Prudente actualmente, a través de cuestionarios aplicados a los usuarios del parque, se llegó a la conclusión de que el arroyo es percibido por la mayor parte de los entrevistados, sea por el olor, frescura, ruido, entre otras formas no visuales, considerando que no experimentamos y vivimos la ciudad sólo por la visión.

PALABRAS-CLAVE: Paisaje urbana; Ríos Urbanos; Percepción de la paisaje; Presidente Prudente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A RELAÇÃO RIOS E FORMAÇÃO URBANA

Os rios desempenham papel significativo e estruturador no surgimento das cidades desde os primórdios da civilização. Os primeiros agrupamentos de pessoas deram-se ao redor dos cursos d'água existentes, considerando que estes, além de fornecer água para consumo, ofereciam também alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, assim como controle do território, servindo como barreira de defesa aos possíveis invasores.

Além da questão de necessidade para sobrevivência, a água fascina os seres humanos pelas atividades que lazer que pode promover aos seres humanos, como: nadar, esquiar, mergulhar, pescar, jogar pedras, construir casas, fotografar, meditar, entre outras (HERZOG, 1985).

Esta relação entre ocupação territorial e rios também foi estabelecida nas cidades brasileiras desde o período colonial, onde as primeiras ocupações, mesmo aquelas que se situavam à beira mar, foram feitas inicialmente às margens dos rios de água doce (COSTA, 2006).

Posteriormente, a geografia (relevo, vegetação e hidrografia) foi condicionante dos processos que resultaram na ocupação do interior do Brasil e na formação de seus limites territoriais, onde os córregos e rios desempenharam papel estruturador para o processo de ocupação territorial. "Os cursos d'água serviram de caminhos para os colonos, porque ofereciam orientação, conduziam-nos com o movimento de suas águas, alimentavam-nos e saciavam sua sede". (CORREA, 2008, p. 51-52)

A formação de Presidente Prudente - SP, assim como a maior parte das cidades do oeste paulista, foi condicionada pela produção cafeeira e expansão do transporte ferroviário que adentrou o interior paulista no início do Século XX. Desta maneira, a região passou a ser ocupada, principalmente, em função da decadência da mineração em Minas Gerais e da busca por áreas para a agricultura e para a pecuária no interior do país (ABREU, 1972).

A fisionomia da região oeste do estado de São Paulo mudou com a retomada da expansão cafeeira, surgindo assim vários núcleos urbanos. Segundo Monbeig (1984), para a implantação destes centros, os loteadores buscavam, na proximidade aos lotes rurais, córregos que permitissem o abastecimento da população, além da proximidade com as estações ferroviárias, para garantir o sucesso do empreendimento.

O processo de ocupação de formação de núcleos urbanos no interior do Estado de São Paulo, principalmente na região do centro-oeste paulista, na maioria dos casos deu-se através do processo de patrimônios religiosos¹.

¹Segundo GHIRARDELLO (2002, p.125-126), um patrimônio religioso era formado quando um fazendeiro ou grupo deles doava terras rurais à Igreja Católica, que passaria a zelar pelo futuro povoado, sob a proteção religiosa de um santo, em geral determinado pelo doador. Tal patrimônio a ser administrado pela Igreja seria como um dote, cuja finalidade principal era a ereção da capela (Marx, 1991, p.39) que, instalada em local povoado, agregaria fiéis ao seu redor. O interesse dos proprietários rurais na proximidade física do patrimônio, almejada com a doação, também dizia respeito à união dos poderes entre a Igreja e o Estado.

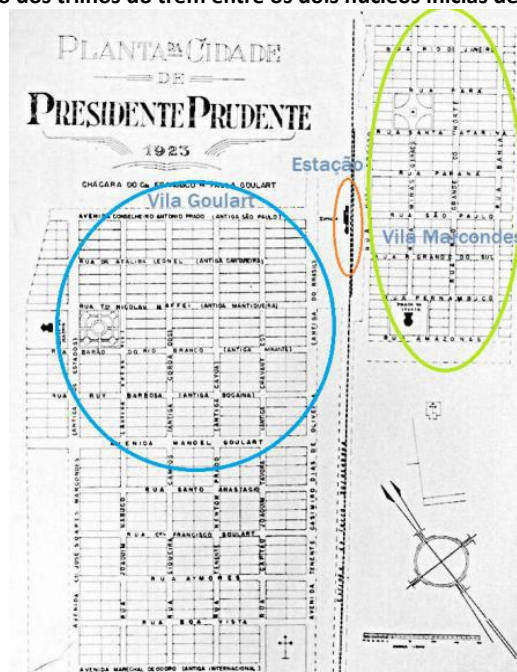
Quando um fazendeiro doava área para formação do patrimônio religioso, escolhia-se uma fração que oferecesse água corrente para os futuros moradores, afinal, sem ela, não seria possível a formação de uma vila. Era frequente, portanto, que, ao menos alguma das divisas dessa área concedida ao patrimônio religioso, fosse o curso d'água provedor (GHIRARDELLO, 2010).

O núcleo inicial de Presidente Prudente formou-se antes da chegada dos trilhos de ferro, em 1917, sendo composto por duas vilas: Goulart e Marcondes, levando os nomes de seus coronéis fundadores.

Embora não se configurassem como patrimônios religiosos, por não terem sido doadas pelos coronéis para a Igreja Católica como um dote, nem administradas por ela, as duas vilas possuíam em sua extensão, um espaço destinado para uma capela, além de localizarem-se nas proximidades de cursos d'água para o fornecimento de água e abastecimento da população, como era característico aos patrimônios religiosos do restante do oeste paulista.

Em 1919, os trilhos de Estrada de Ferro Sorocabana chegaram à região de Presidente Prudente, localizando-se no espigão entre as duas vilas iniciais (Figura 1), desta forma, impulsionando seu desenvolvimento. Inaugurou-se, finalmente, em 1921, a Estação Ferroviária, marcando também a criação do município de Presidente Prudente.

Figura 1: Localização dos trilhos do trem entre os dois núcleos iniciais de Presidente Prudente



Fonte: Museu Histórico de Presidente Prudente, modificado pelo autor, 2018

1.2 EXPANSÃO URBANA – RIOS COMO “PROBLEMAS”

Com o desenvolvimento das tecnologias e a evolução na forma de morar e ocupar as cidades, a morfologia urbana foi se adaptando e se modificando, assim como o cotidiano dos moradores, e essas mudanças acarretaram também na alteração da paisagem urbana.

Por conta de todo o contexto de mudança urbana vivido desde as primeiras ocupações próximas aos rios e córregos até os dias atuais, é possível notar que, no processo de ocupação e desenho das cidades, estes foram vistos como barreiras que dificultavam e determinavam o desenho urbano, na maior parte dos casos, sendo mascarados ou descaracterizados pelo homem, tendo suas margens ocupadas por habitações irregulares, e suas águas transformadas em coletores de lixo e esgoto doméstico e industrial (SANCHES, 2007).

O Código das Águas, estabelecido pelo Decreto Federal n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, consubstanciou a legislação básica brasileira de águas. No entanto, a primeira legislação brasileira que criou áreas de proteção para os cursos d'água que atravessam áreas urbanas foi a Lei nº 4771, de 1965, a qual instituiu o Código Florestal, porém, sua abrangência foi voltada apenas para as áreas rurais.

Em 1979, a Lei nº 6766 dispõe pela primeira vez sobre as áreas de proteção permanente em meio à malha urbana, cujo Artigo 4º (inciso III) define que se faz necessária a existência de uma faixa não edificada de 15 metros, acompanhando as margens ao longo dos cursos de água.

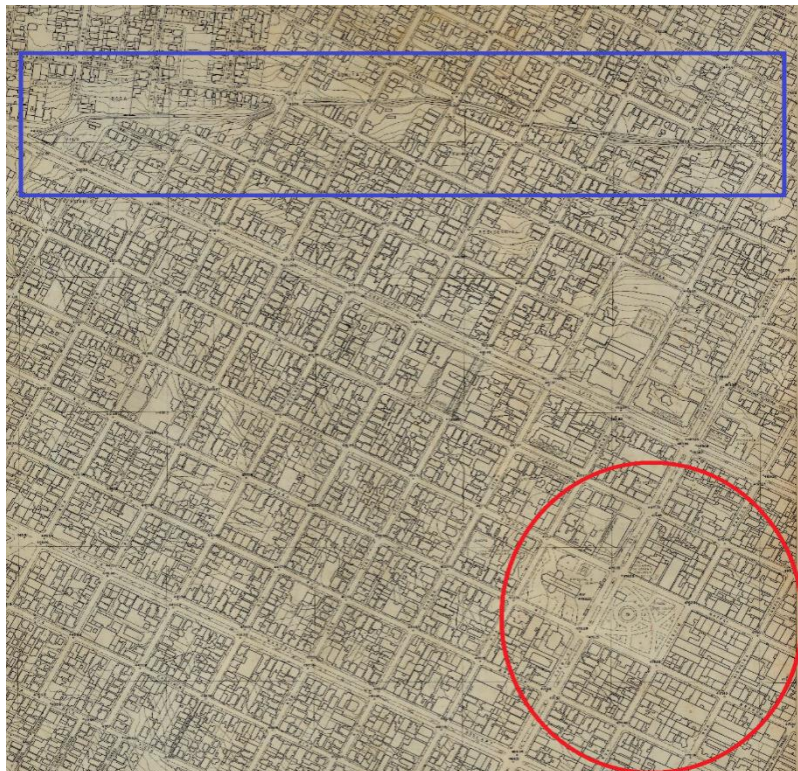
Até a promulgação da lei em 1979, os cursos d'água que atravessavam os tecidos urbanos eram tratados conforme o interesse das gestões municipais, sendo, na maioria dos casos, considerados como estruturas de saneamento e drenagem urbana tendo seus leitos vivos retificados, revestidos com calhas de concreto e suas margens vegetadas, substituídas por vias asfaltadas.

Estes conflitos e a maneira como os cursos d'água foram tratados antes da existência de legislação que garantisse a ocupação de forma ambientalmente correta, acarretaram drásticas alterações na estrutura ambiental dos rios os quais, em situações extremas, chegou-se em alguns casos ao desaparecimento completo dos cursos d'água da paisagem urbana (COSTA, 2006).

Em Presidente Prudente, o quadro se assemelha. O córrego do Veado era tido como uma barreira que impedia o desenvolvimento da cidade de Presidente Prudente, como é possível ver no recorte do Mapa do Departamento de Água e Esgoto de Presidente Prudente (Figura 2) - em azul o córrego do Veado e em vermelho o núcleo referente à Vila Goulart inicialmente, e atual área central da cidade.

Nesse contexto, em 1976, a Prefeitura Municipal lança o projeto denominado “Fundo de Vale”, dando início ao processo de canalização do córrego, de forma a “levar urbanismo à área”. Posteriormente a área do entrono do córrego recém canalizado recebe a implantação do Parque do Povo da cidade. (BORTOLO, 2013).

Figura 2: O Córrego do Veado como “barreira de desenvolvimento” para a cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente-DAE-1977, modificado pelo autor, 2018

1.3 O PARQUE DO POVO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A concepção do Parque do Povo surge com o projeto “Fundo de Vale” criado pela prefeitura municipal, que buscava além de solucionar a questão sanitária do córrego do Veado, também trazer para a cidade um espaço de caráter inovador, fazendo modificações significativas na malha urbana prudentina, principalmente na sua região sudoeste, modificando a “paisagem de brejo” existente por conta do Córrego do Veado, “levando urbanização” e criando um espaço de qualidade urbana para toda a população (SILVA, 1994).

Em um primeiro momento, os recursos para o projeto de “urbanização do fundo de vale” e criação do parque do povo vieram do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). A partir de 1977, o projeto passa a ser financiado pelo Programa de Complementação Urbana: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), de caráter nacional (SILVA, 1994).

O córrego do Veado, apesar de canalizado no final da década de 1970, manteve-se aberto até meados de 1990, fazendo parte da paisagem do parque, sendo atravessado por uma ponte (Figura 3). Quando então, na tentativa de solucionar de vez a “insegurança” que o córrego causava nos usuários do parque, decidiu-se tampar o córrego, dando “unidade à paisagem do

parque”, sobrando apenas alguns pontos em sua extensão onde é possível observar as galerias por onde o córrego passa, conforme a Figura 4 (SOBARZO, 2005).

Figura 3: Córrego do Veado canalizado, porém ainda aberto no início da década de 1993



Fonte: Museu Histórico de Presidente Prudente, 1993

Figura 4: “Respiros” na extensão do parque onde é possível ver o córrego do Veado Canalizado



Fonte: Autor, 2018

Atualmente, o Parque do Povo configura-se como a maior área verde e de lazer da cidade de Presidente Prudente, assim como seu cartão postal, contando com: quadras poliesportivas,

quadras de areia, pistas de caminhada e ciclovia, praças, playgrounds, pista de skate, academias da terceira idade, academia adaptada para deficientes físicos, quiosques de alimentação, gramados para permanência e um grande espaço onde ocorrem eventos culturais e comemorativos da cidade.

Por conta de como o córrego foi tratado -tendo seu leito inicialmente canalizado, e depois tamponado - a região do Parque do Povo enfrenta o problema das enchentes frequentes nos períodos de maior intensidade de chuvas, já que as águas pluviais deveriam escoar no leito do córrego que se encontra sob a extensão do parque.

1.4 A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM

Kevin Lynch trata do princípio de legibilidade, considerando-a como a “facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (LYNCH, 1960, p.2). É importante ter claro que a legibilidade a que Lynch se refere é aquela proveniente dos aspectos visuais da cidade, e são estes elementos que promovem um ambiente legível, oferecem segurança e possibilitam uma experiência urbana mais intensa, na medida em que a cidade explore seu potencial visual e expresse toda a sua complexidade.

O autor considera que a cidade é formada pelos cinco elementos que as pessoas usam para estruturar a sua imagem: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Os rios urbanos, assim como as ruas, calçadas, linhas de trânsito, e estradas de ferro, seriam classificados como caminhos, pois estruturam e definem a inserção dos outros elementos na imagem da cidade (LYNCH, 1960).

Além da percepção da cidade por seus elementos visuais, como proposto por Lynch (1960), Pallasmaa (2011) apresenta que a percepção da cidade é na verdade uma experiência multissensorial, onde "o corpo não é uma mera entidade física; ele é enriquecido pela memória e pelos sonhos, pelo passado e pelo futuro" (PALLASMAA, 2011, p.43) e que para o melhor entendimento da percepção de uma pessoa a respeito de um espaço, devem também ser consideradas as sensações apreendidas pelos outros sentidos do corpo humano.

A experimentação do espaço urbano vai além dos efeitos sensoriais visuais, pois ao usufruir de um lugar, "a audição estrutura e articula a experiência e o entendimento do espaço." (PALLASMAA, 2011, p.47). Segundo o mesmo autor, "um cheiro específico nos faz reentrar de modo inconsciente um espaço totalmente esquecido pela memória da retina; as narinas despertam uma imagem esquecida e somos convidados a sonhar acordados" (PALLASMAA, 2011, p.51), e ainda "[...] nossa pele acompanha a temperatura dos espaços com precisão infalível; a sombra fresca e revigorante de uma árvore ou o calor de um lugar ao sol que nos acaricia se tornam experiências de espaço e lugar." (PALLASMAA, 2011, p.55).

2 OBJETIVO

O objetivo desse trabalho baseia-se em identificar a relação atual entre rios e cidades, levantando a percepção multissensorial dos usuários do Parque do Povo em Presidente Prudente -SP acerca do Córrego do Veado, um córrego urbano que se encontra oculto na paisagem.

3 METODOLOGIA

Buscando identificar a percepção dos usuários sobre o lugar, foram realizadas 90 enquetes no Parque do Povo em Presidente Prudente, assim como foi proposta a elaboração de mapas comportamentais, de modo a compreender quais são os elementos marcantes aos usuários na extensão do parque.

A elaboração dos mapas comportamentais pelos usuários dos parques estudados, adota a metodologia proposta por Lynch (1960), onde os entrevistados em questão elaboram os mapas mentais, ressaltando os elementos que para eles são mais característicos na paisagem urbana do parque. Porém, considerando os conceitos de Pallasmaa (2011) acerca da experiência multissensorial, foi incitado que os usuários apontassem em seus mapas mentais, não apenas elementos visuais, mas também os possíveis caminhos, cheiros, sons, texturas, paladares e sensações de apreensão psicológica que esses espaços possam remeter, com intenção de melhor compreensão da percepção do lugar.

4 RESULTADOS

Foram realizados 90 questionários a respeito da percepção do parque, e dentre eles apenas 20 (22,2%) não sabiam que sob a região do parque passava um córrego. Os que responderam ter conhecimento do córrego, afirmam que sabiam por tê-lo visto aberto nos anos 1990, terem estudado a respeito disso, ou algum familiar haver contado.

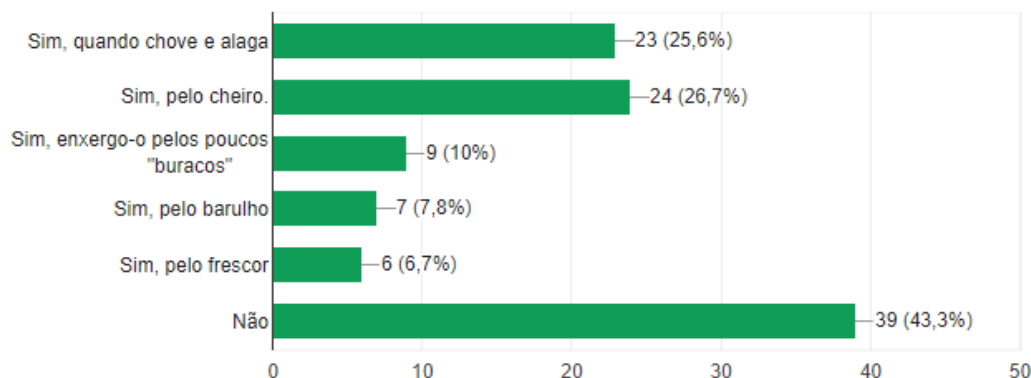
O espaço da cidade precisa e deve ser entendido a partir das interações e inter-relações dinâmicas e todas as sensações sensoriais que pode causar em seu usuário, sejam elas visuais, táteis, auditivas ou olfativas, onde “a cidade existe por meio da minha experiência corporal”. (PALLASMAA, 2011, p.37 e 38)

Também foi perguntado aos usuários do parque que responderam ao questionário, se eles percebem o córrego de alguma forma atualmente. Das 90 respostas, somente 43,3% afirmou não perceber o córrego de forma alguma e o restante disse percebê-lo de alguma forma, não necessariamente visual. (Gráfico 1)

Gráfico 1: Percepção do córrego do veado pelos usuários do Parque do Povo atualmente

Você percebe o córrego? De que forma?

90 respostas



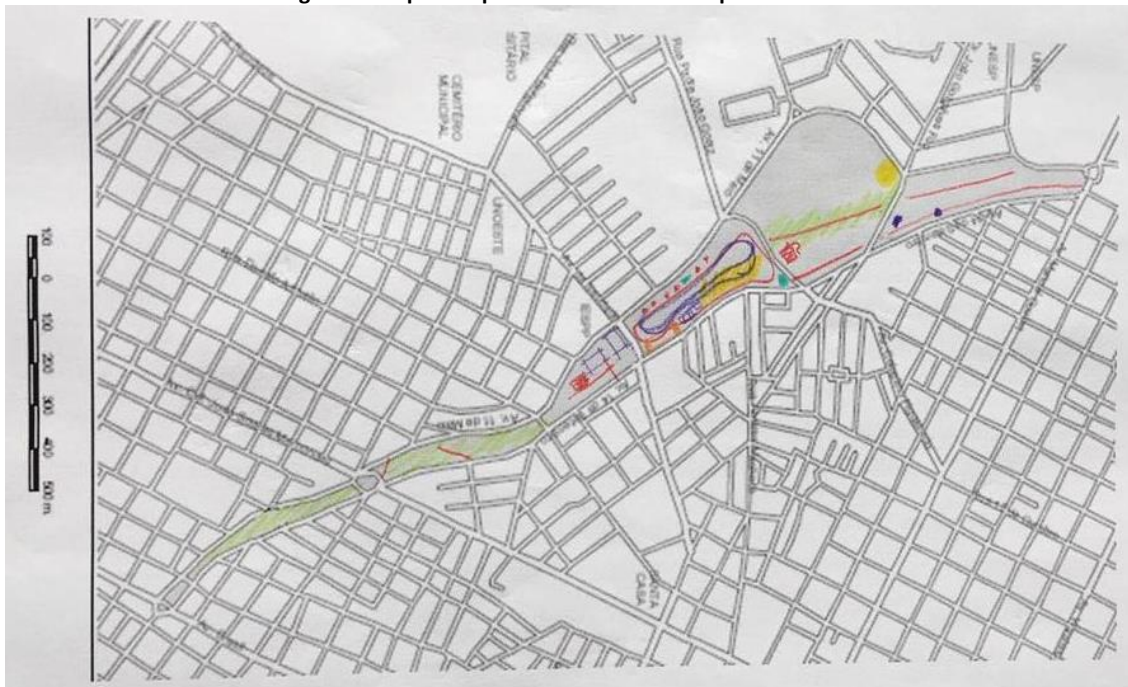
Fonte: Google Formulários, editado pelo autor - 2018

Os 90 usuários do parque que responderam aos questionários também elaboraram o mapa comportamental acerca de suas percepções multissensoriais a respeito da paisagem do parque. Sendo apresentado no presente artigo dois mapas (mapa comportamental elaborado pelo usuário A e mapa comportamental elaborado pelo usuário B), os quais trazem apontamentos considerados relevantes pelos autores.

No primeiro mapa comportamental (Figura 5), o usuário apontou, em sua maior parte, equipamentos existentes na extensão do parque, assim como destacou em verde os setores que considera com maior arborização e apontou com um círculo amarelo indicando uma praça recém implantada que possui baixa arborização como um espaço que representa sensação de calor.

Ainda no mesmo mapa, o usuário aponta um dos respiros existentes na extensão do parque (apresentado anteriormente nesse trabalho na figura 4) e enquanto elaborava o mapa, apontou ser uma parte do parque de frequente mal cheiro.

Figura 5: Mapa Comportamental elaborado pelo usuário A



Fonte: Base do mapa fornecida pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, modificada pelo autor e com intervenções realizadas por um dos usuários do parque, 2018

No segundo mapa comportamental (Figura 6), o usuário apontou os estabelecimentos que frequenta, localizados na região do parque, uma vez que reside em um bairro próximo e realiza suas atividades rotineiras nas proximidades. Assim como o usuário A, faz apontamento de equipamentos na área central do parque, onde encontra-se a maior parte de quadras, parques de recreação infantil e pistas de caminhada.

O usuário destacou em verde os setores que considera com maior arborização e destacou com cores escuras e os setores que causam sensação de insegurança. Ao ser questionado pelos autores quais seriam os motivos de insegurança nas partes indicadas do mapa, o usuário apontou que nessas partes do parque a iluminação é insuficiente em períodos noturnos, assim como são as primeiras áreas que alagam com fortes chuvas.

Figura 6: Mapa Comportamental elaborado pelo usuário B



Fonte: Base do mapa fornecida pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, modificada pelo autor e com intervenções realizadas por um dos usuários do parque, 2018

Analisando os resultados, observamos que a presença de quatro tipos de elementos na composição de sua paisagem, sendo três elementos naturais e um tipo de elemento artificial. Configuram-se como elementos naturais: a terra (o relevo e suas formas de terreno, sua disposição na natureza), a água (as formas de água superficial e sua disposição) e a vegetação (as formas de vida vegetal, suas características e distribuição); enquanto os elementos artificiais são aqueles introduzidos pelo homem (as construções diversas). E para que se faça melhor entendimento do espaço urbano, é necessário compreender que o espaço é produto da junção e combinação dos elementos naturais e artificiais (MOISSET, 2006).

Os elementos naturais, como é o caso do Córrego do Veado, não podem mais ser considerados como um elemento “outro” nas cidades; aquela visão de que uma estrutura selvagem é encontrada além do universo urbano está ultrapassada, pois a natureza é parte integradora dos núcleos urbanos, fazendo assim, parte de sua composição. Podemos dizer que a cidade é hoje, um meio natural híbrido, o qual combina os elementos naturais com os elementos urbanos, criando uma paisagem mista e única (BESSE, 2014).

A experiência da paisagem urbana se faz mais rica conforme a complexidade do sítio paisagístico, o qual influi na morfologia e no desenho da cidade, bem como no modo de utilização desse espaço por seus usuários (COSTA, 2006).

São os elementos naturais, inseridos no tecido urbano que fazem com que este se diferencie da homogeneidade de seu traçado, como pode ser observado na Figura 2. Esses elementos

deixam o tecido quadricular artificial vazado, gerando “poros” entre as partículas de estrutura contínua, deixando sua leitura e vivência mais “clara” aos seus usuários (MOISSET, 2006). Ao estudar as formas de paisagem urbana, estamos, ao mesmo tempo, analisando e buscando compreender o comportamento do homem neste território. Nesse sentido, foi fundamental conhecer como os usuários percebem o espaço e os elementos do Parque do Povo. Segundo Besse (2014), na morfologia e no desenho da paisagem estão estampadas as ações do homem, inferindo assim que a paisagem se configura como rastro do ser humano, sendo assim, uma produção cultural, encarnada em práticas, obras e produções de todos os tipos:

A paisagem pode ser definida como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais. O valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético, e considerando mais em relação com a soma das experimentações dos costumes, das práticas desenvolvidas por um grupo humano nesse lugar. (BESSE, 2014, p.27)

5 CONCLUSÃO

Em Presidente Prudente, como pudemos notar, o processo de urbanização e ocupação urbana na região sudoeste da cidade, ao buscar soluções para os “problemas” que o córrego causava, negou o elemento natural existente na paisagem original do lugar e fundamental para sua história.

Apesar do Parque do Povo configurar-se como um equipamento de qualidade para toda a população da cidade, seu projeto não considera o córrego como elemento da composição da paisagem, mas sim como um “elemento outro”, sendo dessa forma, inicialmente canalizado e retificado, até tornar-se oculto na composição da imagem da cidade.

Embora não seja visto (com exceção dos trechos onde é possível observá-lo pelos respiros), o córrego se faz presente e é sentido pelos moradores da cidade de outra forma, seja pelo som, cheiro, frescor ou quando chove a região alaga, mostrando que ainda se encontra ali embaixo de todo o equipamento público, fazendo parte, de alguma forma, da paisagem urbana de Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

BESSE, J.M. **O gosto do mundo**: Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1966. Institui o Código Florestal.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BORTOLO, C. A. **Produção e Apropriação de Espaço Livre Público: O Lago Igapó em Londrina – PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina – PR, 2010

BORTOLO, C. A. “O Parque do Povo em Presidente Prudente -SP: reflexões geográficas” **Revista Percurso**, Maringá - UEM, v.5, n.2 p.47 - 71,2013

COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha:** formações urbanas da Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. Available from SciELO Books

GHIRARDELLO, N. **A Formação dos Patrimônios Religiosos no Processo de Expansão Urbana Paulista (1850-1900).** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LANDIM, P. C. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LYNCH, K. **A Imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1960.

MOISSET, I. Interaccion cuadrícula-natureza. In: NASELLI, C. et al. **Forma Urbana, lecturas y acciones em la ciudad.** Córdoba: I+P Editorial, 2006. p. 20-43.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/ Editora Polis, 1984.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele:** A arquitetura e os sentidos. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SANCHES, P. M. O papel dos rios na cidade contemporânea: dimensão social e ecológica. In: **APP Urbana 2007**, Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: FAU-USP, 2007

SILVA, Maria José Martinelli. **O Parque do Povo em Presidente Prudente - SP:** a lógica da intervenção do poder público local no processo de (re) estruturação do espaço urbano. Presidente Prudente, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SOBARZO, O. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese de Doutorado da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente, 2005.